

LETRAMENTO DIGITAL COMO EXIGÊNCIA PARA INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL

Ricardo Viana Velloso¹

Letramento digital como fator de inclusão na sociedade contemporânea

O presente artigo tem por objetivo abordar o letramento digital como fator de inclusão e participação na sociedade contemporânea, sem, no entanto, conferir-lhe o condão de, por si mesmo, assegurar o movimento inclusivo, que, como se verá, envolve outras variáveis, mas não pode prescindir da competência nessa seara, que é condição *sine qua non* para o trânsito na sociedade letrada (e cada vez mais marcada pela cultura tecnológica), na perspectiva cidadã, portanto crítico-reflexiva e participativa.

Para proceder à abordagem em tela, será oportuno situar a contemporaneidade a partir de um olhar que não se reduza a mero exercício retrospectivo, mas que contemple dimensões de passado, presente e futuro, bem como as relações de temporalidade com aquelas imbricadas.

Ademais, o presente estudo implicará revisitar as heranças do século XX, de modo que possibilitem perceber e ressignificar as tecnologias da informação e da comunicação, bem como a informação e o próprio conhecimento em seu âmbito, numa perspectiva transdisciplinar. Sob tal orientação, buscar-se-á estabelecer um olhar sistêmico e complexificador, que não reduza as relações entre informática, informação e conhecimento a eventos ou fenômenos meramente tecnológicos. Diferentemente disso, há de se buscar suas dimensões e conotações históricas, políticas, sociais e culturais, portanto perceptíveis no contexto do que aponta LEVY(1993) como uma nova “ecologia do conhecimento”, que guarda intrínseca relação com o conceito de cidadania.

¹ Mestre em Educação, Cultura e Organizações Sociais pela UEMG. Especialista em Psicopedagogia, Ensino de Língua Portuguesa e Direito Civil. Licenciado em Letras e Bacharel em Direito. Professor de língua portuguesa e literatura da rede estadual de Minas Gerais. Técnico em Assuntos Educacionais da UFMG. Email: ricardo@ufmg.br

Tais reflexões haverão de suscitar, inevitavelmente, considerações acerca do processo de globalização que se instaurou e que extrapola a conotação de internacionalização econômica para incorporar novas relações e redimensionar as anteriores, num movimento potencializado pelas tecnologias da informação e da comunicação, e desafiador em virtude dos conflitos que suscita, trazendo em seu bojo possibilidades e riscos.

Nesse contexto, revisitar categorias como letramento, sociedade letrada, tecnologia e cidadania será de extrema pertinência e relevância para situar, na cena contemporânea, o letramento digital, em diálogo com outras variáveis, como fator de inclusão social, que demanda, de um lado, o acesso e uso eficaz da informação e de outro, a competência para a tomada de decisões na vida cidadã.

Tempos ao longo do tempo

Em virtude de sua condição social e cultural de existência, o homem estabeleceu com o tempo múltiplas relações, ressignificando-o e conferindo-lhe diferentes conotações que, se não possibilitaram dominá-lo, ensinaram desenhar os contornos de uma complexa temporalidade. Em seu âmbito, “Os gregos preferiam não pensar o futuro, mas o eterno; os judeo-cristãos se nutriam do sentimento de salvação futura; os renascentistas preferiam mergulhar nos prazeres do tempo presente; as filosofias da história voltaram a pensar o futuro como salvação e a história como seu meio”. (REIS, 2003, p.30)

Na tentativa de dominar, reter, aprisionar, ou mesmo esquecer o tempo, a humanidade empreendeu a evasão temporal, transitando entre a circularidade reveladora de um sentido de eternidade; a evasão religiosa, como expressão da relação entre o humano e o divino; e a própria evasão renascentista, instaurando-se dimensões de tempo profano, natural e sagrado.

Na sua trajetória, o homem experimenta (des)encantamentos, ora com a fé, ora com a razão e estabelece relações de passadismo, presentismo e futurismo. O presente ressignifica-se e traduz, em seus múltiplos sentidos, as dimensões de uma temporalidade no âmbito da qual ora o passado ilumina o presente, é a referência deste. O futuro, por

sua vez, constitui um tempo gestado no presente, em que habita a expectativa do devir, valendo observar, com CARDOSO (2000, p.251), que “Os seres humanos sempre tiveram o desejo de prever o futuro. Sendo o mundo e a vida cheios de incertezas individuais e coletivas, conhecer o que vai acontecer ajudaria muito pessoas e governos a tomar decisões acertadas.” Constata-se ainda o presente que se esgota em si mesmo, sem se comprometer com o que já foi ou com o que virá. Definem-se, então, os contornos da tradição, da modernidade e da pós-modernidade, ou, como prefere GIDDENS (2008), da “alta-modernidade”, cuja historiografia constitui um quadro “que não está estabelecido, pois ainda vivemos esse processo e não conhecemos bem seu significado.” (REIS, 2003, p.53)

Vale dizer que a tradição, enquanto busca de iluminação do presente pelo passado, deflagra o exercício narrativo, tanto na esfera da oralidade quanto da escrita, que, em certa medida constitui uma abordagem indireta da temporalidade. A modernidade, por sua vez, rompendo com o passado, ressignifica o presente e suas relações com o que já foi e com o devir. Essa ruptura traduz mais precisamente um fenômeno vivenciado no Ocidente.

Modernidade, tempo da razão

No âmbito da modernidade, o homem, até então encantado na tradição pela fé, toma para si novo encantamento, agora com a razão.

Entre os séculos XIII e XVI, na Europa Ocidental, surgiu uma nova consciência do sentido histórico. O conceito de modernidade, com o qual se procura definir esse novo corte na identidade ocidental, revela a nova representação da temporalidade histórica, elaborada por esse novo sujeito histórico. Essa representação do tempo é marcada fundamentalmente pela recusa da metafísica. (REIS, 2003, p.22)

Sobre sua expressão como fenômeno adstrito à cultura ocidental, Reis observa ainda que

A “modernidade” significou uma revolução cultural, ocorrida apenas no Ocidente, que acompanhou e tornou possível a expansão européia pelo mundo e, internamente, a constituição de uma nova ordem política (Estado Burocrático), uma nova ordem econômica (ética do trabalho e empresa capitalista) e uma nova ordem social (não-fraternidade religiosa) (Idem, 2003, p.22)

Como marca da modernidade, a industrialização instaura (e traduz) um *modus vivendi* bastante diferenciado do que se viu nas sociedades pré-modernas, dentre elas as sociedades caçadoras e coletoras e as sociedades pastoris e agrárias, as quais, por não se comprometeram com o acúmulo de riquezas, não vivenciaram de forma mais significativa as desigualdades. Esse fenômeno (a desigualdade social), embora de presença incontestada na era moderna, teve sua expressão nas civilizações não industriais ou tradicionais. Como observa GIDDENS, (2008, p.47) “Essas sociedades que eram fundamentadas no desenvolvimento das cidades revelavam desigualdades pronunciadas de riqueza e poder e estavam associadas ao governo de reis ou de imperadores”. Tratava-se de universos que, caracterizados pelos avanços da arte e da ciência e pelo uso da escrita, faziam-se reconhecer como civilizações. Diferentemente das sociedades modernas, no entanto, por se tratar de civilizações não-industriais, adotavam hábitos, costumes, conceitos e valores diferenciados, inclusive quanto às relações de consumo, às relações sociais e à cidadania propriamente dita.

Na modernidade, por seu turno, deu-se, no que tange a temporalidade, com a racionalização instituída, o estabelecimento de novas dimensões temporais, portanto de lógicas distintas e, não raro, inconciliáveis. O mundo, em especial o Ocidente, experimenta o redimensionamento espaço-temporal, possibilitado pelos avanços técnico-científicos que impactam, dentre outros, os transportes e as telecomunicações. No movimento histórico, o eurocentrismo incorre em declínio, desenhando-se a hegemonia estadunidense. As relações entre as nações se ampliam, inicialmente sob a égide do mote econômico. Todavia, extrapolando a seara da economia, dão-se também interfaces culturais, sociais e políticas potencializadas pela simultaneidade do fato e da notícia, que as telecomunicações (leia-se informática) possibilitaram levar a efeito.

Essa dinâmica reorienta e redimensiona valores, conceitos e paradigmas, pluralizados e em constante efervescência, colocando em xeque o encantamento com a razão, que, na modernidade, representara a ruptura com a tradição. Os impasses vivenciados na contemporaneidade, em que com os avanços no campo científico e tecnológico contrastaram as catástrofes e conflitos locais e globais, ensejam considerar, em particular, o século XX e seu legado, como condicionantes e ou determinantes dos desafios, possibilidades e riscos hodiernos.

O século XX e o legado da incerteza

Vivenciando percalços e conquistas nas muitas esferas da vida social, o século XX compôs um cenário percebido por HOBBSAWM (2006) como a “Era dos Extremos” ou o “Breve século XX”, um lapso de tempo entre 1914 e 1991. Trata-se de um intervalo histórico que alterna avanços científicos e tecnológicos com guerras, destruição e desigualdade. Hobsbawm identifica como “Era da Catástrofe” o período de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial sucedida por “cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável” (HOBBSAWM, 2006, p.15). Esse intervalo é identificado pelo autor como a “Era do Ouro”.

O século XX, não obstante seus paradoxos, revela uma nova temporalidade, traduzida na ausência de nexos articuladores com o passado e na falta de um sentido prospectivo, instaurando-se, então, uma espécie de “presente contínuo”, que traz no bojo desse fenômeno a mudança (ou perda) de paradigmas de relacionamento social e humano. A hipertrofia do sentido da razão encontra, com relevo cada vez mais expressivo, uma insuficiência enquanto resposta às angústias e às indagações de seu tempo, em grande parte porque divorciadas da percepção sensorial e do senso comum, com os quais estabelece relação flagrantemente dicotômica. Pronuncia-se aí um novo desencantamento, a exemplo do que se deu com relação à fé, quando da transcendência para a modernidade. “O Breve Século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do *fin-de-siècle* só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais.” (Idem, 2006, p. 537). O século

XX deixa, então, nessa perspectiva, o legado da incerteza. E, como assevera MORIN (2005, p.72), corroborando a tese do fim de uma era, “Se a modernidade é definida como fé incondicional no progresso, na tecnologia, na ciência, no desenvolvimento econômico, então esta modernidade está morta.”

Ademais, é o momento histórico que experimenta em mais larga escala o processo de globalização “cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos se acomodarem a ele.” (HOBSBAWM, 2006, p. 24).

A “aldeia global” que se configura no contexto da modernidade não constitui, como se poderia supor, a quebra de fronteiras seguida de progressiva conquista da igualdade. Diferentemente disso, o que se tem, com a acentuação das desigualdades, é, “num mundo cada vez mais globalizado, o fato mesmo de as ciências naturais falarem uma única língua universal e operarem sob uma única metodologia.” (Idem, 2006, p.506)

Globalização, tecnologia e possibilidades políticas

O processo de globalização que, como observado anteriormente, transcende o viés econômico para incorporar dimensões de ordem política, social e cultural, potencializa-se sob o impacto das telecomunicações. Ademais, como causas do processo instaurado emergem as de natureza política, como o declínio do comunismo, que, na percepção de GIDDENS (2008), não constitui apenas fator causal mas também consequência. Ressalta, nesse sentido, o autor que “As economias comunistas planejadas e o controle ideológico e cultural da autoridade política comunista foram incapazes, ao final, de sobreviver a uma era de mídia global e de economia mundial eletronicamente integrada”. (GIDDENS, 2008, p.63)

O cenário que se descortina reorienta e redimensiona paradigmas e condutas, valendo lembrar com GIDDENS que “a perspectiva global significa que as pessoas estão cada vez mais buscando outras fontes, que não o estado-nação, ao formular seu próprio senso de identidade.” (Idem, 2008, p.65).

A despeito das controvérsias conceituais acerca da globalização enquanto fenômeno e processo sócio-político-econômico-cultural contemporâneo, não se pode olvidar os seus impactos sobre a vida dos cidadãos e das sociedades em que se situam. Pelas imbricadas relações que guardam entre si estas e aqueles, as transformações de ordem macro estabelecem relações dialógicas (e dialéticas) com o cotidiano das pessoas. Redefinem-se, então, conceitos e valores atinentes a família, gênero, sexualidade, identidade e auto-identidade, papéis sociais e interações. Nessa perspectiva, assevera LIMA (2000, p.9) que “É fundamental entender que estamos em um processo de aceleradas e radicais transformações, onde a única certeza é a incerteza.” Para o autor, vivemos no contexto da “re-evolução”, uma espécie de revolução dentro da própria evolução, no âmbito da qual, segundo ele, “a lógica linear cartesiana já não é mais suficiente para interpretar a massa de fenômenos que ocorrem diariamente à nossa volta.” (Idem, 2000, p.9)

Uma alternativa que emerge nesse ambiente é a adoção de outro olhar sobre a realidade, que possibilite extrapolar a fragmentação e buscar visão sistêmica, com a organicidade que torna o todo mais que a soma das partes. Esse caminho suscita a propriedade de abordagens transdisciplinares, que ensejam a complexificação dos objetos a partir da “transmutação ou traspassamento das disciplinas, à custa de suas aproximações e freqüentações.” (DOMINGUES, 2001, p.18).

Nesse cenário, a tecnologia desponta como uma variável importante, que pode reduzir o homem a objeto de forças sob a ótica de segmentos dominantes da sociedade global, ou favorecer-lhe assumir-se como sujeito histórico, autor de sua trajetória.

A segunda hipótese, factível também pela via do letramento digital, dá eco à percepção de Santos, que assevera:

A grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas de informação, as quais – ao contrário das técnicas das máquinas – são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses de grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada,

essas técnicas doces estarão ao serviço do homem. (SANTOS, 2001, p.174)

Assim, é procedente reconhecer que, para levar a efeito a cidadania enquanto processo de inter(ação) crítico-reflexiva e participativa na qualidade de sujeitos sociais, e não de objetos ou reféns do curso da história e dos rumos da sociedade, faz-se mister assegurar, dentre outros, algumas garantias fundamentais, na seara do direito à vida, à liberdade, à saúde, à educação e, no âmbito desta, ao letramento digital, já que este e aquela constituem, na cena contemporânea, “conceitos e práticas inter-relacionadas e complementares entre si.” (MORTATTI, 2004, p. 120). A imbricada relação entre ambos, educação e letramento (e para nós letramento digital, também), assim como sua relevância como fator de participação cidadã é destacada por Mortatti, para quem

Além da contribuição para a reflexão sobre problemas culturais e sociais mais amplos, entre o conceito de letramento – que abrange os usos e funções sociais da leitura e da escrita em uma sociedade letrada – e o conceito de educação – que abrange processos educativos que ocorrem não apenas em situação escolar -, vem-se evidenciando uma relação bastante fecunda e promissora, no sentido de avançarmos na conquista de direitos humanos básicos e que devem ser distribuídos igualmente entre todos, para o exercício pleno da cidadania. (Idem, 2004, p. 120)

Postulamos que a inserção no mundo da escrita e o acesso a seus usos nos diversos suportes textuais, que não podem prescindir do letramento digital, constituem a condição *sine qua non* para o movimento de inclusão social, sem olvidar, como já destacado no corpo deste estudo, outras variáveis concorrentes (e determinantes) para levar a efeito a cidadania.

Letramento, inclusão e cidadania

Por invocar um sistema de signos compartilhado por interlocutores em contextos de interação social, na ótica sociointeracionista de Vygotsky, (FREITAS, 2011) a linguagem impõe sua consideração face o ambiente em que se insere, tendo em vista os

atores presentes (e atuantes) na cena social, suas relações dialógicas entre si e com o meio em que vivem, bem como os paradigmas de seu tempo.

As tecnologias da informação e da comunicação, e em especial a informática, suscitam novos paradigmas atinentes às relações sociais e às relações com a linguagem, esta última como fator de mediação daquelas, trazendo possibilidades também novas, em particular no âmbito do hipertexto. Esse novo conceito de (de)composição e apresentação textual redimensiona e reorienta a concepção de texto, bem como da produção de sentido, além de instaurar uma nova maneira de se relacionar com a autoria, implicando novos contornos subjetivos à cidadania. De um lado, o texto convencional (impresso em livros, jornais, revistas, bulas de remédio, contratos, códigos e regulamentos etc) remete à produção escrita e à leitura linear em certa medida, com começo, meio e fim, princípios rígidos de coesão e coerência, fixados *a priori* pelo autor. O hipertexto, por seu turno, invoca e enseja a produção textual e a leitura em rede, cujos múltiplos caminhos (e recursos visuais, fônicos etc próprios da hipermídia) podem ser propostos por quem o produz, mas as escolhas são reservadas ao leitor, que se torna, em última análise, o autor, enquanto sujeito da produção de sentido da malha textual. Afinal, “o hipertexto é, grosso modo, um texto que traz conexões, chamadas links, com outros textos que, por sua vez, se conectam a outros, e assim por diante, formando uma grande rede de textos”. (COSCARELLI, 2003, p.73).

Essa mudança de perspectiva da escrita e da leitura linear para a escrita e leitura em rede, que implica (e reflete) mudança de paradigma na relação com a linguagem e com o pensamento e, por extensão, mudanças também nas relações sociais e políticas propriamente ditas, impõe a necessidade de incorporação de novas habilidades, competências e atitudes por parte do sujeito na comunidade letrada, sem, contudo, implicar a substituição de muitas das tradicionais, pois, como lembra MARCUSCHI (2005a, p.185), “essa idéia, que parece singular e distintiva, atribuindo aos processos de produção de sentido no hipertexto uma inovação radical em relação aos demais textos impressos (ou orais) na forma tradicional não parece tão nova”.

O fato é que, não obstante seu caráter parcialmente inovador, o hipertexto aponta para novas perspectivas e desafios, redimensionando e potencializando o conceito de

letramento, termo que, a despeito das múltiplas facetas que assume e da suposta polissemia que suscita, implica que se tenha presente, dada a sua dimensão social, que

O letramento é, sem dúvida alguma, pelo menos nas modernas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que esse direito está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançado por ela. (SOARES, 2006, p.120).

Dessa forma, considerando o valor social e político que essa categoria assume nas sociedades letradas, faz-se relevante o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes do educando-cidadão no novo ambiente da língua escrita, qual seja o ambiente instaurado pelas tecnologias da informação e da comunicação, em que se suscitam novos desafios. O cenário em tela reclama e impõe o redimensionamento das competências do sujeito para seu trânsito crítico-reflexivo e autônomo no novo ambiente, fazendo emergir o que muitos estudiosos vêm identificando como letramento digital, o qual implica práticas sociais de interação e deflagra a instauração de gêneros textuais que, segundo MARCUSCHI (2005b, p.19), “surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita”.

Assim o redimensionamento do uso social da escrita tendo em vista o advento da informática - ou letramento digital - requer repensar as competências secularmente concebidas como suficientes para o movimento linear de produção de sentido textual; não necessariamente no sentido de as substituir, mas de a muitas delas agregar competências identificadas com o movimento em rede, dando eco aos desafios dos cenários que se descortinam sob a égide das hipermídias e especificamente do hipertexto, sob pena de se levar à exclusão um contingente expressivo de cidadãos que, na sociedade letrada e tecnologicamente redimensionada, não estejam aptos a transitar e estabelecer trocas em condições igualitárias, ao menos do ponto de vista da competência na seara da linguagem.

Se a conquista das competências em tela se fizerem objeto de socialização, no entanto, será possível, então, conceber como factível uma sociedade menos desigual (ou mais igualitária), assim como pensar (e realizar) “uma outra globalização” (SANTOS, 2001), dando eco às palavras do intelectual, quando observa:

“Nesse emaranhado de técnicas dentro do qual estamos vivendo, o homem pouco a pouco descobre suas novas forças. Já que o meio ambiente é cada vez menos natural, o uso do entorno imediato pode ser menos aleatório. As coisas valem pela sua constituição, isto é, pelo que podem oferecer. Os gestos valem pela adequação às coisas a que se dirigem. Ampliam-se e diversificam-se as escolhas, desde que se possam combinar adequadamente técnica e política. Aumentam a previsibilidade e a eficácia das ações.” (SANTOS, 2001p. 171)

Considerações finais

A trajetória humana revela, nas suas múltiplas temporalidades, que o homem (res)significa sua existência a partir de encantamentos que abraça e que leva a efeito num processo contínuo e inovador. Desse movimento, emerge seu encontro com a fé que o situa na tradição, mas que não o aprisiona enquanto ser cultural, sujeito de vivências, experiências e rompimentos com paradigmas seculares. Extrapola então para a era da razão, a modernidade, que leva às últimas conseqüências, colocando em xeque sua própria existência, haja vista a crise ambiental sem precedentes que se instaurou. Não obstante os riscos, as possibilidades o impelem a persistir na sua busca, que o ressitua na era de uma pós-modernidade, ou de uma “alta-modernidade”, cujo desenho ainda não se consolida.

Dos extremos de sua existência, ou de um “Breve Século XX”, o homem apropria então o seu legado e busca permanentemente a reorientação de seus paradigmas existenciais. Amplia seus horizontes e, no contexto de uma “aldeia global” se vê, entre o local e o global, ante o impasse de sucumbir como objeto de um movimento de forças iníquas, ou de pensar uma “outra globalização”.

Qualquer que seja o caminho, as tecnologias da informação e da comunicação, redimensionam os referenciais humanos de tempo-espço e redesenham os contornos de sua identidade. Emergem, então, novos desafios que se somam aos que já se pronunciam recorrentemente ao longo da história; desafios existenciais, culturais, sociais, políticos, cujo enfrentamento implica a interação social, mediada, dentre outros, pela linguagem.

Nesse âmbito, ao clássico desafio das competências para o trânsito na sociedade (global) letrada somam-se os desafios do letramento digital, que desponta como possibilidade de inclusão social na cena contemporânea e sem o qual a submissão, a sujeição e a alienação persistem (e avançam), tornando cada vez mais uma virtualidade a construção de uma sociedade igualitária.

Referências bibliográficas

- CARDOSO, Ciro Flamarion. *No limiar do século XXI*. In: REIS Fº, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (orgs) *O Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- COSCARELLI, Carla Viana. *Entre textos e hipertextos*. In: COSCARELLI, Carla Viana (org.). *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- DOMINGUES, Ivan. *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte:UFMG / IEAT, 2001.
- DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Vygotsky e Bakhtin - Psicologia e Educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 2011.
- GIDDENS, Antony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- HARTOG, François. *Mito e História: Regime de historicidade*. Disponível em : <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>> Acesso em 13 maio 2007.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914 –1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na Era da Informática*. Rio de Janeiro: 34, 1993.
- LIMA, Frederico O. *A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações sociais*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A coerência no hipertexto. In: COSCARELLI, Carla e RIBEIRO, Ana Elisa (org.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005a.
- _____. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005b.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e Letramento*. São Paulo:UNESP, 2004.
- REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.